

# RETROSPECTO HISTÓRICO CHILENO E O ESTADO HODIERNO

Nardejane Martins Cardoso<sup>1</sup>

## RESUMO

O artigo visa à realização de um retrospecto histórico sobre a formação do Estado Chileno ao final discorre-se sobre a situação atual do Estado. A pesquisa foi realizada por meio da leitura de artigos e livros, e também pela busca de dados em sites oficiais, assim como a leitura e interpretação da Constituição chilena. Concluiu-se que apesar da história chilena ter muitas oscilações e ideias dicotômicas, a sociedade teve um bom desenvolvimento e o Estado Democrático de Direito vigora da forma mais plena possível nesse país.

Palavras-chave: História Chilena. Estado Democrático de Direito. Desenvolvimento Social.

## ABSTRACT

The article aims to carry out a retrospective history of Chile, following the temporal sequence, and the end discuss the situation of the state at the present time. The search was conducted through reading articles and books, and also by seeking data on official sites, as well as reading and interpretation of the Chilean Constitution. It was concluded that despite the historic Chilean oscillations have many controversial ideas, the society had a good development and Democratic State of Law exists to the fullest in that country.

Keywords: History Chilean. Democratic State of Law. Development Social.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como escopo descrever a história da formação do Estado chileno. Justifica-se tal pesquisa, na relevância dos estudos sobre os países do continente latino-americano, posto a integração entre os Estados da América Latina, e a interação entre os problemas e soluções num mundo globalizado, entre os Estados-nações.

Não se pretende conceder destaque às questões mais recentes, e sim realizar-se um retrospecto da história chilena, e os fatos que a marcaram, demonstrando que houve uma grande evolução entre o Chile de cinco séculos atrás, e o Chile hodierno. Por mais que tenham ocorrido grande problemas econômicos, sociais e políticos, e estes ainda ocorram, este Estado é considerado atualmente um dos mais estáveis e desenvolvidos de seu

---

<sup>1</sup> Graduanda em Direito pela Universidade de Fortaleza – UNIFOR. Pesquisadora/bolsista pela FUNCAP inserida na linha de pesquisa: DO LIBERALISMO AO NEOSSOCIALISMO NA AMÉRICA LATINA. O RETORNO AO ESTADO-NAÇÃO NA GEOGRAFIA DA MUNDIALIZAÇÃO. Endereço eletrônico: [nardejane\\_martins@edu.unifor.br](mailto:nardejane_martins@edu.unifor.br). Prof<sup>a</sup>. Orientadora Gina Vidal Marcílio Pompeu. Doutora em Direito Constitucional pela UFPE. Professora do programa de pós-graduação em Direito, Mestrado e Doutorado da Universidade de Fortaleza. Endereço eletrônico: [ginapompeu@unifor.br](mailto:ginapompeu@unifor.br)

continente.

No primeiro tópico discorreu-se sobre a colonização hispânica na América. O contexto da Espanha, enquanto país dependente de seu continente, composto por uma sociedade pouco laboriosa. Tratou-se também das formas de exploração da mão-de-obra, quais sejam a *mita*, a *encomienda* e o *inquilinato*, sendo este típico do Chile.

No segundo tópico tratou-se da independência e consolidação do Estado chileno. Os principais fatores que deram ensejo à independência foram a invasão napoleônica na Espanha e a reivindicação dos *cabildos* por maior representatividade, criando-se uma junta de governo. Discorreu-se sobre a figura de Diego Portales, importante político da aristocracia chilena, após a independência. E também, falou-se dos conflitos entre o país e seus vizinhos, Peru e Bolívia.

No terceiro tópico o assunto foi a situação do Estado chileno durante o século XX, quando os problemas sociais vieram à tona, e a oligarquia chilena, que comandava o país, por meio da república parlamentarista, já não satisfazia mais os anseios da população.

Foram realizados comentários sobre o golpe militar e o governo ditatorial, liderado por Augusto Pinochet. Comentou-se sobre o governo das últimas duas décadas, que apesar de ser esquerdista, teve ampla aceitação da globalização e dos investimentos no mercado mundial, chegando a enfrentar crises econômicas, como a asiática, e ainda assim ter certa estabilidade. Fez-se referência ao presidente atual do Chile, Sebastián Piñera e à crise causada pelas intempéries climáticas que este deve superar.

Além disso, comentou-se o bom desenvolvimento social chileno, por intermédio da observação de dados e índices. Como também, analisou-se a Constituição do Chile, concedendo-se destaque ao seu artigo 1º, que institui a liberdade e a igualdade à população chilena.

Concluiu-se que o Chile teve uma história repleta de paradigmas sociais, pela força com que a aristocracia rural comandou o país durante muito tempo. Apesar de ter passado por uma ditadura, assim como muitos países latino-americanos, soube bem superá-la e instituir um governo que além de inserir-se no contexto da mundialização, respeita os institutos democráticos, como bem demonstra a Constituição Política da República Chilena de 1980.

A pesquisa foi realizada pela leitura de livros e artigos que tratam sobre a América Latina e o Estado, e também pela observação de dados e taxas disponíveis em sites oficiais. Além da leitura analítica da Constituição chilena de 1980. A pesquisa foi, portanto, bibliográfica.

As ideias contidas no artigo foram descritas de forma linear, seguindo uma sequência temporal. Primeiro se falou da colonização, passando-se a emancipação do Estado, e sua formação. Posteriormente, foram comentados os fatos ocorridos durante o século XX, e ao final aduziu-se sobre a atualidade. Em conclusão, foram abordados os pontos principais e a análise feita no decorrer do artigo sobre o Estado chileno, seu desenvolvimento e sua democracia.

## 1 PERÍODO COLONIAL

O Chile foi colonizado pela Espanha, portanto, é necessário explicar a situação na qual se encontrava a metrópole. Apesar da conquista marítima, a Espanha tinha uma grande dependência da Europa, assim como Portugal. Tomassini(2009) explica que tal situação, de colônia-império vivida pelos países ibéricos influenciou não só seus próprios Estados, como a sociedade, economia e política das colônias hispânicas e portuguesas.

As riquezas adquiridas pela Espanha não trouxeram tanto êxito quanto esperado, devido a falta de uma população com interesses voltados para o labor. A extração de minérios era monopólio estatal. Já a propriedade da terra era feita por “mercês-reias”, concedidas aos colonos para exploração. Mesmo com a grande proteção dos portos no transporte à metrópole, haviam desvios feitos por pirataria. A comercialização era realizada em Sevilha, por meio do órgão estatal denominado “Casa de Contratação”. Assim continua Tomassini (2009, p.91):

[...] Nesse processo, a dependência espanhola se manifestou desde o primeiro dia por meio da instalação, naquela cidade, de uma série de comerciantes ou gestores europeus que comercializavam para seus países a nova riqueza – as divisas daquela época – como pagamento das manufaturas e dos produtos refinados que lhes vendiam. [...]

Esses traços da metrópole espanhola com adição da alta exploração da mão-de-obra indígena marcaram as sociedades coloniais, e também após a independência.

Como os demais países de colonização espanhola, no Chile a principal causa da ocupação foi a extração de minérios pelo sistema da *mita* (parcela da população indígena

masculina trabalhando na mineração). De acordo com Celso Furtado a mita:

[...] era um imposto pago por certas comunidades sob a forma de força de trabalho e implicava, via de regra, o deslocamento dos *mitayos* a centenas de quilômetros de distância e um grande desgaste humano. Isso era particularmente verdade com respeito às minas de mercúrio, em cujas galerias os *mitayos* frequentemente morriam envenenados. (FURTADO, 2007, p. 56)

O autor afirma que tal atividade não foi de grande importância na organização definitiva da economia das colônias hispânicas. Foi a agricultura a principal responsável pela manutenção das ocupações. Desta forma, “[...] o povoamento do Chile, apoiado inicialmente na produção do ouro, encontrou uma base permanente na agricultura de exportação, cujo mercado era o Peru.[...] (CELSO FURTADO, 2007, p.65)”

Os grandes latifúndios da América Hispânica, adquiridos pelas “mercês-reais” foram administrados pela elite colonial e trabalhadores, com uma população semi-servil, num regime denominado “encomienda”, a qual como consequência ocasionou a diminuição da população indígena.

Segundo Furtado, na América Hispânica a coroa espanhola confiava ao conquistador um núcleo indígena, dando-lhe o encargo de cristianizar os aborígenes e poder usar sua mão-de-obra. Na opinião do economista, em muito se assemelhava ao sistema feudal. Em regiões de conflito, os deveres militares, de proteção da propriedade pelos conquistadores, tinham uma alta onerosidade para estes, uma das regiões era o Chile.

O *encomendero*, em razão da tutela que exercia sobre um grupo de população, passava a exercer privadamente funções de direito público, o que o colocava socialmente em posição só comparável à do senhor feudal da Europa medieval. E, como este último, ele tinha responsabilidades no plano militar, cabendo-lhe organizar, por conta própria a segurança do local. Nas regiões onde os índios foram rapidamente “pacificados”, as obrigações militares dos *encomenderos* passaram a ser meramente formais. Mas naquelas regiões, no caso do Chile, em que a guerra com os índios perdurou longamente, as obrigações militares dos *encomenderos* transformaram-se em pesado ônus. (FURTADO, 2007, p.50)

Também foi forte a figura do “inquilinato”, a qual transformou o trabalhador rural numa espécie de arrendatário e diarista, estável, porém subordinado ao latifundiário. Tal figura “[...] constituiu a base do autoritarismo, da hierarquização e clientelismo, que passariam a formar a base da economia chilena. (TOMASSINI, 2009, p.92)”

Como foi dito alhures, a população espanhola não optou pela valorização do trabalho, e isto influenciou a sociedade colonial, como diz Tomassini:

[...] o empreendimento e o trabalho não pareciam desempenhar nenhuma papel nessas sociedades e era muito difícil que pudesse haver mudança ou progresso nelas, isto é, não existia o que atualmente é conhecido por mobilidade social [...] (2009, p.93)

Numa sociedade amplamente clientelista, fundamentada nas relações de interesses afetivos e de ascensão social, criou-se uma base de mestiços e indígenas marginalizados. A falta de mobilidade, a dificuldade de acesso aos altos escalões da sociedade colonial, somada a desvalorização do trabalho manual criaram disparidades históricas que influenciam até hoje os problemas sociais da população latino-americana. Desta forma aduz Tomassini (2009, p.95):

[...] conjuntamente com a experiência da marginalidade e da dependência interna e internacional que a Espanha possuía na época da colonização, seu compromisso com a honra, seu desprezo pelo trabalho, sua preferência por uma economia extrativa e a importância dada ao clientelismo e à influência, esse conjunto de características tem determinado, até hoje, a cultura de nossas sociedades.

A sociedade que ocupou o Estado chileno emancipado tornou-se a mesma do período colonial espanhol. Portanto, as mesmas características foram reestruturadas e compatibilizadas à nova realidade estatal.

## **2 INDEPENDÊNCIA E CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO**

A independência Chilena foi marcada pelo caudilhismo e instabilidade social. Tomassini considera ter havido uma verdadeira anarquia na emancipação do Estado.

[...] Os traços autoritários, centralizadores e clientelistas que o regime hispânico imprimiu as incipientes sociedades ibero-americanas, neste caso, viram-se acentuadas a partir do afastamento gerado pela anarquia após a independência, pela gravitação, tanto grupal quanto personalista da aristocracia castelhana-vasca, pela experiência da guerra na fronteira – que não terminou até o início do século XIX – e pela própria herança hispânica. [...] (TOMASSINI, 2009, p.97)

Tomassini explica que no primeiro momento, após as invasões napoleônicas, as colônias apoiaram a metrópole. Todavia, os governantes chilenos à época colonial, exigiram a criação de uma junta de governo, portanto maior representatividade e um exército mais preparado. Destarte a independência teve como foco o caudilhismo, líderes que utilizavam das batalhas para alcançar maior popularidade. Além disso, havia a instabilidade das relações entre essas lideranças, pois existiam diferentes concepções no que concerne ao estabelecimento do Estado.

[...] o caminho para a independência foi sinuoso, a junta e o Congresso seriam

substituídos várias vezes por outras instituições e se abriria um período marcado pelo caudilhismo e instabilidade das posições de diferentes grupos que coexistiam no delgado comando superior da sociedade chilena sobre o que fazer naquelas circunstâncias, nas quais a diferença entre espanhóis e criollos não coincidia necessariamente com as diferentes posições. [...] (TOMASSINI, 2009, p.96)

Após a independência chilena, uma das figuras políticas mais importantes foi a de Diego Portales, este aceitava a ideia democrática, porém acreditava que o país não estava preparado para recebê-la, porque os nacionais estavam despidos da “virtude republicana”, a qual ele julgava imprescindível à efetivação da democracia. Utilizando-se de critérios realistas, ajudou a interpor um governo forte e autoritário, acabando por renovar os institutos da monarquia espanhola. Portales não acreditava na sociedade, mas nas instituições estatais. (TOMASSINI, 2009)

Segundo Tomassini, a vida política de Portales foi curta, entre 1829 e 1837, quando veio a falecer. Entretanto, o “regime portaliano” influenciou a trajetória política chilena, o poder seria o ponto principal para desenvolvimento do Estado. A economia deveria ser forte e exportadora. Com estas ideias o país, aquela época, tornou-se uma economia de exportação de minérios, acabando por despertar a rivalidade comercial do Peru.

Em 1837, iniciou-se uma guerra contra a Confederação Peru-Bolívia, devido à melhora das exportações chilenas. O Chile saiu vitorioso, mas suas relações com o Peru viram-se abaladas. Fato que aumentou a popularidade de Portales foi sua morte, sendo ele executado por uma conspiração ensejada pelo coronel Vidaurre, durante esse conflito internacional. (TOMASSINI, 2009)

Após a morte de Portales, aduz Tomassini, que existiram diversas buscas pela conciliação entre liberais e conservadores, estes já não poderiam deter o monopólio do poder.

Um dos eventos de suma importância para a história chilena, ocorrido em 1881, foi a Guerra do Pacífico, durante o governo do general Aníbal Pinto, sendo o Chile mais uma vez vitorioso sobre outra aliança peru-boliviana. Notou-se que o autoritarismo enfraquecia, e o presidente subsequente, Domingo Santa Maria, que negociou o fim da guerra, ainda enfrentou problemas com parlamentares e uma crise com a igreja, por ocasião do laico do Estado.

De acordo com Tomassini o próximo presidente, José Manuel Balmaceda tentou fortalecer mais uma vez o Executivo, agravando os problemas com os parlamentares, que com a república parlamentar tinham a facilidade de controlar os ministros do poder Executivo,

removendo-os.

### 3 DO SÉCULO XX AO ESTADO HODIERNO

Outra consequência da Guerra do Pacífico foi a valorização do salitre, por ser um fertilizante de forte importação. Entretanto, o Chile estava num conflito com o Peru pela aquisição de uma de suas províncias, Taparacá. Assim, o Estado chileno decidiu por desistir da expropriação das terras, mas continuando com o domínio sobre o salitre.

O governo chileno compensou a perda das propriedades, por meio da cobrança de impostos às exportações, ocasionando uma melhora econômica em todo o Estado. Houve nesse período, inclusive, aumento da população.

Apesar dessa melhora o quadro reverteu-se por causa da má aplicação dos lucros pelos particulares, e também em consequência da Guerra Mundial. Tomassini aduz que,

[...] devido à mentalidade nacional de viver de rendas, a maior parte das receitas do salitre foi destinada a gastos suntuários efetuados pelos particulares, como os grandes parques hoje nacionalizados com que contam Santiago e Concepción, e muito pouco foi destinado a investimentos produtivos. Ao mesmo tempo, a bonança do salitre foi extremamente transitória. A Primeira Guerra Mundial reduziu o desenvolvimento de fertilizantes industriais ou sintéticos, campo em que a Alemanha estava muito adiantada, mas depois da guerra, junto com os Estados Unidos, o processo de produção se desenvolveu aceleradamente, com o apoio da Nitrate of Soda Executive. O auge havia passado, deixando em sua esteira um contraste maior entre a riqueza e pobreza. (2009, p.107)

Além do supracitado pelo autor, o Chile passou nessa mesma época por uma inflação, devido a má aplicação de políticas monetárias. A inflação acabou por atingir a parcela da população mais pobre. No meio político, as controvérsias foram muitas, ocorrendo diversos debates entre os diferentes partidos.

A transição entre os dois séculos foi uma época de profundos contrastes governada por equipes conflituosas e personalistas sob a fachada de um sistema parlamentar. Não obstante, durante esse tempo, marcado pelo fracasso do parlamentarismo e pela crise do salitre, tomou corpo o que passou a ser chamado “a questão social”. [...] (TOMASSINI, 2009, p. 108)

De acordo com Tomassini a oligarquia já não conseguia atender as demandas sociais, apesar de continuar a influenciar o país, devido o poder patrimonial. Em consequência, na década de 1920, Arturo Alessandri Palma tornou-se o presidente do Chile, tendo um amplo apoio popular. Mesmo com as tentativas de reformas sociais, a população mais pobre continuou com seus problemas.

[...] o fechamento gradual das empresas salitreiras teve efeitos desastrosos para o país, lançando ao desemprego toda uma população migrante que chegara à pampa em busca desse milagre e reduzindo drasticamente as receitas fiscais cujo emprego havia passado a depender, consideravelmente, da crescente classe média e ocasionando maiores limitações para o financiamento dos programas sociais. O poder da oligarquia continuava vigente, amparando-se nas práticas parlamentares, cuja eleição de Alessandri havia procurado superar práticas que bloquearam, no Congresso, suas propostas de reformas sociais. [...] (TOMASSINI, 2009, p. 109)

Há uma inclinação adquirida pela cultura chilena, que acompanha a sociedade desde a independência até os dias atuais, a discutir sobre opiniões divergentes. No início deste século XX, surgiu um embate sobre os problemas chilenos, quais sejam os econômicos. Os “monetaristas” atribuíam os males econômicos aos fenômenos financeiros, enquanto que os “estruturalistas” acreditavam na necessidade de modificação das estruturas socioeconômicas, assim explica Tomassini (2009).

Segundo os “estruturalistas” “[...] era necessário mudar a estrutura, o que supunha um movimento político de maior envergadura do que aqueles que o país conhecera até então. [...] (TOMASSINI, 2009, p.113)

De acordo com o autor supracitado, com a eleição de Eduardo Frei Montalva, líder da Democracia Cristã, iniciou-se um processo para a instituição de uma sociedade comunitária, fundamentada na solidariedade, projetos de promoção popular, além da reforma agrária. No âmbito internacional houve uma maior integração com os demais países latino-americanos, e menor dependência dos Estados Unidos da América.

Quando se trata da economia chilena desta época, constata-se pela leitura de Celso Furtado (2002), que assim como os demais países do continente latino-americano o Chile realizou uma industrialização por meio da substituição de importações, aderindo ao sistema das empresas multinacionais.

Após a política de substituição de importações, que provou-se pouco eficaz, os Estados latino-americanos passaram a cogitar a possibilidade de uma economia mais regionalizada, o que abriu espaço para a posterior criação do Mercosul e para os tratados e acordos multilaterais entre os países. Como foi dito anteriormente, acerca do governo de Eduardo Frei Montalva.

[...] A partir da segunda metade dos anos 50, quando a industrialização apoiada na “substituição de importações” começou a evidenciar suas limitações, abrir-se-ia pela primeira vez na América Latina ampla discussão em torno dos obstáculos criados ao desenvolvimento regional pela estreiteza dos mercados nacionais; essa discussão



projetaria luz sobre as similitudes e contribuiria para formar uma consciência regional. (FURTADO, 2007, p. 31)

Com o término do mandato de Frei, foi eleito Salvador Allende, que tinha amplo respeito à democracia. Todavia seu governo teve muitas dificuldades, como discorrido por Tomassini:

[...] a radicalização da Reforma Agrária, sua utilização para criar conflitos sociais no campo a fim de gerar mais uma justificativa para expropriações, seu propósito de criar uma área social da economia mediante a expropriação de grande parte das empresas industriais e uma inflação descontrolada, associado, ainda, aos conflitos existentes em sua própria plataforma de partidos e a impossibilidade de chegar a acordos com a democracia cristã [...] (2009, p. 114)

O autor continua, descrevendo o golpe de 1973, quando os militares invadiram la Moneda, e ocorreu o suicídio do então presidente, Salvador Allende. Em princípio o governo militar seria provisório, mas tornou-se indefinido. O governo militar acabou por tornar-se mais ideológico que os antecessores. Mais adiante o autor, aduz que, até hoje a forma como ocorreu o golpe não foi esclarecida por completo.

O presidente Augusto Pinochet, instituiu o autoritarismo político, onde havia a falta de liberdade política. Enquanto que no âmbito econômico, o governo adotou a política capitalista. Os “Chicago Boys”, a quem o autor refere-se eram economistas políticos formados na Universidade Católica, conveniada à escola de Chicago responsáveis pela criação de uma consolidação de ideias sobre o Chile, denominado “o tijolo”.

[...] Durante quinze dos dezessete anos que durou o regime militar os “Chicago Boys” transformaram novamente a economia do país com completo apoio militar e sem oposição civil. Dispuseram, assim, de um laboratório excepcional para levar a cabo um conjunto de reformas de mercado de grande radicalismo [...] Apesar de que durante o primeiro decênio, o custo dessas reformas fosse um desemprego de 30% (mesmo levando-se em conta os programas emergenciais do governo voltados aos empregos não produtivos) e um grande aumento da pobreza, que chegou a alcançar praticamente 50% da população chilena, em meio a rigorosa restrição fiscal e uma profunda crise ocorrida em 1982 a partir do pagamento da dívida externa, na qual o Estado passou ao Banco Central o custo da reestruturação do sistema bancário nacional. (TOMASSINI, 2009, p.115)

As consequências das medidas de reforma da economia não foram, de acordo com Tomassini, tão benéficas, posto que era preciso a implementação das reformas estruturais, propostas pelos “estruturalistas”, como dito alhures.

Com a promulgação da Constituição Política da República do Chile de 1980, o regime político aceito foi o presidencialismo, além de haver um amplo respeito às garantias individuais. Logo, em 1990 houve plebiscito que dava a opção do povo, os “ciudadanos”

escolherem entre a continuação de Pinochet no poder ou não. A maioria optou pelo “não”. Assim aduz Tomassini, sobre a abertura política:

Não obstante, as forças políticas proscritas pelo regime militar nunca deixaram de atuar, seja no exílio ou dentro do território nacional e, nessa época, começaram a agrupar-se, unindo-se, após diversas tentativas, na Concertação de Partidos pela Democracia, que incluía o Partido pela Democracia (criado nessa época para obviar a proscricção), bem como os partidos Socialistas, o Radical-Social Democrata e o Democrata Cristão. O debate sobre a questão de adotar uma estratégia de confrontação para derrubar o governo militar ou utilizar a Constituição de 1980, redigida pelo próprio governo Militar, acabou definido em favor dessa última alternativa, que consistia em um plebiscito no qual os cidadãos se pronunciaram somente a partir de um “sim” ou um “não” em relação a permanência do presidente Pinochet, que acreditava ter seu mandato assegurado por dez anos. No entanto, venceu o “não” por maioria cômodo e,[...] (TOMASSINI, 2009, p.115)

O autor prossegue informando que houve deliberações no palácio de La Moneda e o governo militar acabou por aceitar o resultado do plebiscito.

Durante vinte anos, após a abertura política, o Chile foi governado por uma aliança de centro-esquerda, “Concertación”. Para Tomassini o partido “[...]constituiu a coalizão mais ampla e de maior êxito que, no caso, governou o país no século XX.(2009, p. 115)”

Tomassini ao final de seu artigo diz que os eixos econômicos do partido foram a governabilidade política, a institucionalidade econômica e a equidade social, acrescentando a manutenção de uma economia de mercado interligada à uma política de proteção social. Prossegue falando que essa política teve bons resultados, mas a crise asiática alterou desacelerando a economia. Assim remete sua opinião:

[...] As dificuldades pela qual passou o Chile para reativar sua economia após o impacto da crise mencionada, reflete, em minha opinião, em parte os limites impostos pelos problemas estruturais de sua economia e em parte os custos dos compromissos sociais desses governos, não tanto em termos do financiamento de suas políticas sociais e sim por conta de sua relação com os trabalhadores e o mundo sindical. Existe consenso no Chile de que o principal obstáculo para dinamizar a economia passa pela falta de capacidade de inovação e flexibilidade, o que inclui, certamente, alguma medida de flexibilização trabalhista. Por outro lado, em consequência de acertadas políticas fiscais e macroeconômicas, e da bonança experimentada pelo cobre nos mercados mundiais, o país construiu uma blindagem financeira que o faz encarar com confiança as ameaças recessivas da economia norte-americana e sua possível repercussão mundial.(TOMASSINI, 2009, p.116)

Colocando em pauta as duas visões uma de que o país tem que realizar reformas, todavia estar preparado economicamente para crises no capitalismo. O autor concluiu que o Chile, à sua época, antes da eleição de Sebastián Piñera, deveria estar atento a continuação da “Concertación” no poder, todavia a eleição do atual presidente demonstra que os institutos

democráticos têm seu peso no Estado chileno.

Observa-se a existência de duas esquerdas na América Latina. Vilmar Rocha faz alusão a tal classificação diferenciando as políticas de Michelle Bachelet (ex-presidente) e Hugo Chávez.

[...] observemos que hoje há duas correntes de esquerda na América Latina, uma moderna, na linha da social-democracia, e uma anacrônica que relança posturas do socialismo revolucionário. A primeira se apresenta com a experiência do Chile, de Michelle Bachelet, em que a existência da economia de mercado e a participação nos fluxos da globalização são conhecidas como necessárias para a defesa dos interesses nacionais. Há, sobretudo, a plena aceitação das regras do jogo da democracia representativa e do Estado de Direito. A segunda corrente, não reciclada e acomodada pragmaticamente e tacitamente a novas conjunturas possíveis de poder, retoma, ou convive com práticas nacionalistas e populistas. (ROCHA, 2007, p.12)

Mais adiante Vilmar Rocha (2007) afirma que não se deve confundir as lideranças de esquerdas e mais uma vez faz uma comparação entre o Chile e a Bolívia. Para ele Morales, ao se eleger, utilizou um “marxismo vulgar”, enquanto Bachelet foi eleita, por uma coalizão centro-esquerda, que tem concepções políticas e econômicas liberais.

José Afonso da Silva, diz que nem sempre o Estado Social ou o Estado de Direito serão democráticos. Porque no primeiro, temos os exemplos dos regimes totalitários da década de 1930-1940, e o segundo tipo de Estado, amplamente defendido por Hans Kelsen, tem um conteúdo variável, posto que se confunde Estado e Direito, sendo o último apresentado de diversas formas, dependendo do contexto social, nem sempre Estados de Direito serão democráticos, sendo Estados altamente legalistas, e como diz o autor uma criação do liberalismo. Citando Emilio Crosa conceitua Estado Democrático.

[...] Este se funda no princípio da soberania popular, que “impõe a participação efetiva e operante do povo na coisa pública, participação que não se exaure, como veremos, na simples formação das instituições representativas, que constituem um estágio da evolução do Estado Democrático, mas não o seu completo desenvolvimento”. Visa, assim, a realizar o princípio democrático como garantia geral dos direitos fundamentais da pessoa humana. (2008, p.117)

O Estado chileno pode ser considerado, no contexto da América Latina, um dos Estados que tem a democracia como um instituto à favor da sociedade. Diverge, tal Estado, da cultura neopulista, ou neossocialista, empregada por países do mesmo continente, como a Venezuela e a Bolívia, onde a efetivação dos direitos sociais, a igualdade da população não prescinde dos institutos democráticos.

O Chile tornou-se um dos países latino-americanos com alto índice de

desenvolvimento humano. Seu IDH, em 2009, segundo o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) foi de 0,878, ocupou a 44º posição no *ranking* mundial, portanto, país de desenvolvimento humano elevado. Um índice alto como este, pode comprovar os benefícios que a democracia e a adesão do liberalismo como disciplina econômica trazem ao Estado.

De acordo com dados do PNUD chileno, o país tem uma população superior a 16 milhões de habitantes, tendo uma porcentagem de alfabetização de adultos de mais de 95 por cento, e uma taxa controlada de desemprego, 6,9 por cento.

Segundo dados do Ministério das Relações Exteriores do Brasil o Chile é uma República Presidencialista. Pelo art. 3º da Constituição Política de 1980, o país tem a forma de Estado unitário, num território de 756.946 Km². O artigo seguinte aduz que o Estado é, além de republicano, democrático. “Artículo 4º – Chile é uma república democrática”

No ano de 2010, candidato da direita chilena, Sebastián Piñera venceu as eleições presidenciais, encarando de início uma crise causada pelas intempéries climáticas de extrema gravidade e repercussão internacional ocorrida no começo deste mesmo ano. A ajuda internacional e a integração entre as regiões afetadas pelos terremotos e as não afetadas são as principais formas de solucionar o problema, em andamento no governo.

A Constituição Política do Chile já em seu primeiro artigo informa o princípio da igualdade, este devendo ser garantido pelo Estado, com a forma de igualdade de oportunidades e perante a legislação. Também, tal artigo, trata sobre a liberdade, direito inerente ao ser humano. “Artículo 1º- Las personas nacen libres e iguales en dignidad y derechos.” Cabe, portanto ao Estado Chileno superar essa crise, e promover a recuperação da nação, por intermédio da democracia em conjunto com a recuperação social das regiões mais devastadas, pois as pessoas que nelas habitam devem estar em igualdade de oportunidades com aquelas que ocupam regiões em estado normal.

## CONCLUSÃO

Discorreu-se sobre momentos da história chilena. Precipualemente falou-se sobre a colonização, a influência da situação da Espanha, que era metrópole e dependente dos demais países europeus, e também sobre sua população que tinha o costume de pouco valorizar o

trabalho.

A ocupação do Chile, assim como das outras colônias hispânicas, foi devido à mineração, instituindo-se as formas de exploração da mão-de-obra indígena, a *mita* e a *encomienda*, sendo a primeira a responsável pela mortalidade dos nativos que na atividade de mineração, acabavam envenenados.

A independência chilena veio articulada pela aristocracia, os representantes da metrópole, os quais aproveitaram-se da fragilidade espanhola, devido à invasão napoleônica, para instituir uma junta governamental, um congresso e também fortalecer o exército.

Importante foi a figura do político, Diego Portales, este era adepto da democracia, acreditava que era um bom regime de governo, todavia os nacionais não estavam preparados para esse regime, pois o povo tinha um espírito de coletividade, de proteção ao todo.

Acredita-se que por isso Portales ajudou no fortalecimento do poder Executivo, crendo que assim o Estado seria mais sólido internamente, e perante os demais Estados em formação do continente latino-americano. Ele dizia que a confiança estava nas instituições, não na sociedade.

Durante a formação do Estado, existiram alguns conflitos com os países confinantes, Peru e Bolívia. Tais conflitos se davam por divergências territoriais. Um dos mais relevantes foi a Guerra do Pacífico, que trouxe diversas consequências ao Estado chileno.

Apesar do bom desenvolvimento da exportação desse fertilizante natural de início, o Chile veio por volta da Primeira Guerra Mundial à enfrentar uma queda das exportações, devido a concorrência com outros mercados, e a má aplicação dos lucros do salitre, tanto no âmbito público, como no particular.

A crise financeira serviu para acentuar as disparidades sociais, onde a população pobre foi a mais atingida. Assim a oligarquia já não podia satisfazer a população, era necessária uma reforma da estrutura social, e o Estado deveria promovê-la. Todavia, apesar de estes não egerem um líder para o Executivo, acabavam por controlar o presidente, devido à república parlamentar, pois a maior parte dos representantes era de origem aristocrática.

Eduardo Frei Montalva, na metade do século XX, tentou realizar uma reforma social

no Chile, incluindo-se a reforma agrária. Porque a importância da sociedade aumentou, tornando necessárias as reformas sociais, com intuito de ajudar a grande parcela da população excluída. Conseguiu, inclusive, aumentar a importância internacional do país e diminuir a dependência com relação aos Estados Unidos da América. Salvador Allende deveria continuar seu programa, mas seu governo foi interrompido pelo golpe militar, intentado pelo exército unido a direita chilena.

Durante o regime ditatorial, pouca liberdade política houve, enquanto que o regime econômico era liberal, que teria sido mais efetivo com a adesão da democracia. Somente com a abertura política, em 1990, por meio do plebiscito que disse “não” ao governo Pinochet, institui-se um governo democrático.

A esquerda chilena, diferente das demais esquerdas, presentes na América Latina, é adepta da globalização e da economia de mercado. Há opinião de que a economia chilena está preparada para crises nos sistemas monetários internacionais, apesar de ter-se abalado com a crise asiática, não perdeu sua estabilidade.

O regime capitalista é necessário para a existência da democracia, e está é essencial ao desenvolvimento do capital de forma a gerar resultados positivos, devido à participação popular. O povo pode falar e reivindicar seus direitos, sendo estes fundamentais ou sociais, do Estado, no que este tiver a obrigação de realizar.

A Constituição Chilena aduz que é dever do Estado promover a oportunidade à população. Não se trata de assistir as pessoas com programas que resolvem o problema de forma imediata, mas ensejar o espírito laborioso, a educação e deixar que a pessoa tenha a possibilidade, a liberdade de fazer suas próprias escolhas.

Depois dos vinte anos de governo da “Concertación”, sendo a última presidente Michelle Bachelet, que tinha um alto grau de aprovação entre os “ciudadanos” chilenos, o atual presidente é Sebastián Piñera, político da direita chilena. Espera-se que este consiga superar a crise causada pelos terremotos do começo de 2010, que utilize efetivamente tanto da ajuda internacional, como do próprio governo, além de promover a integração nacional.

Acredita-se que o Chile é um dos Estados do continente latino-americano que mais respeita os institutos democráticos. Apesar de ter passado por uma ditadura, ter sido governado muitos anos pela minoria da população, esta pouca voz e possibilidade de escolha

outorgou à grande parte da população, o Estado chileno alcançou um bom desenvolvimento social em muitos pontos, tais como educação e emprego e tem uma Constituição que consagra a união da liberdade e igualdade das pessoas.

## REFERÊNCIAS

FURTADO, Celso. **A economia latino-americana**. 4ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

\_\_\_\_\_. **Em busca de novo modelo: Reflexões sobre a crise contemporânea**. 2ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ROCHA, Vilmar. **O Fascínio do Neopopulismo**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 32ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2008.

TOMASSINI, Luciano. **Economia e sociedade no Chile**. Um retrospecto histórico. In: CARDIM, Carlos Henrique (Editor) **DEP: Diplomacia, Estratégia e Política**. 10ed. Brasília: Projeto Raúl Prebisch, 2009, p. 88-117.

### Internet:

CHILE. **Constitución Política de la República de Chile de 1980**. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. Disponível em: <<http://www.bcn.cl/leyes/pdf/actualizado/242302.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2010

Dados Básicos: Chile. **Ministério das Relações Exteriores do Brasil**. Disponível em: <[http://www.mre.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=2092&Itemid=351](http://www.mre.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2092&Itemid=351)>. Acesso em: 11 maio 2010

Datos de Chile. **Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo**. Disponível em:<<http://www.pnud.cl/datoschile/1.asp>>. Acesso em: 11 maio 2010

Ranking Mundial do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). **Programa das Nações Humanas para o Desenvolvimento**, Bancoc, 05 maio 2009 Disponível em: <[http://www.pnud.org.br/pobreza\\_desigualdade/reportagens/index.php?id01=3324&lay=pde](http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=3324&lay=pde)>. Acesso em: 11 maio 2010